

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº
(Do Sr. Marco Tebaldi)

DE 2013

Requer à Ministra-Chefe da Casa Civil, da Presidência da República, **Gleisi Helena Hoffmann**, informações sobre o veto à investigação de uma missão da ONU que avaliaria a situação do acesso à água e saneamento no País.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência sejam requeridas à Ministra-Chefe da Casa Civil, da Presidência da República, **Gleisi Helena Hoffmann**, as seguintes informações:

1. cópias do inteiro teor das solicitações (documentos, mensagens, memorandos) de autorização para a realização de missão da relatora para o Direito à Água e Saneamento da Organização das Nações Unidas-ONU, Sra. Catarina de Albuquerque, no Brasil.
2. cópias do inteiro teor dos documentos (mensagens, memorandos, *aid memoire*, e outros, que determinaram e/ou orientaram os motivos para não permitir a investigação de uma missão da ONU que avaliaria a situação do acesso à água e saneamento no País

JUSTIFICAÇÃO

O jornal O Estado de São Paulo, em sua versão online, <http://blogs.estadao.com.br/jamil-chade> em 05 de julho de 2013 publicou notícia sob o título:

“Governo veta missão da ONU que investigaria acesso à saneamento no Brasil”

GENEBRA – O governo brasileiro vetou a investigação de uma missão da ONU que avaliaria a situação do acesso à água e saneamento no País. O veto foi anunciado na quinta-feira à ONU e nenhuma explicação razoável foi dada. Na ONU, porém, o Estado apurou que a informação é de que o governo não quer que, nesse momento de manifestação e demandas da população, se escancare mais um sério problema social do País. A ordem de vetar a viagem veio do próprio gabinete da presidente Dilma Rousseff.

“O governo apenas explicou que, por motivos imprevistos, a missão não poderia mais ocorrer”, declarou ao Estado a relatora da ONU para o Direito à Água e Saneamento, a portuguesa Catarina de Albuquerque. Ao saber do cancelamento de sua viagem, a relatora não disfarçava sua frustração.

Sua missão começaria no dia 9 de julho e passaria por Brasília, São Paulo, favelas do Rio de Janeiro e a zona rural do Ceará. Os dados da ONU são claros em demonstrar que, apesar do crescimento da economia nas últimas décadas, a situação do acesso ao saneamento é dramática.

“Entre 1990 e 2013, a situação daqueles que tem acesso ao saneamento melhorou em apenas 1%”, declarou Catarina. Segundo ela, 7,2 milhões de brasileiros ainda usam banheiros a céu aberto todos os dias. “Isso representa 4% da população. É um número muito grande e quase o tamanho de Portugal”, declarou.

Oficialmente, Catarina insiste que não entende o motivo do cancelamento da avaliação. Mas, nos bastidores, pessoas ligadas à organização da viagem indicaram que o motivo seria o temor do governo de que a declaração da ONU e sua constatação inflamasse ainda mais certos protestos. Catarina deveria, por exemplo, dar uma coletiva de imprensa no Brasil para apresentar os dados dramáticos do País.

O acesso ao saneamento básico deve ser um dos pontos das metas do Milênio da ONU que o Brasil não conseguirá atingir até 2015. As Metas, estabelecidas em 2000, previam uma redução substancial do número de pessoas sem acesso a banheiros em 15 anos.

A viagem tinha sido fixada em abril e, desde então, a ONU fechou visitas com ongs a locais onde a situação é dramática. No Rio de Janeiro, ela visitaria favelas, justamente onde se questiona o estado por estar construindo teleféricos, e não obras de saneamento básico.

Oficialmente, a explicação do governo era de que o Ministério das Cidades não teria como receber a relatora, já que estaria concentrado em elaborar um novo plano de mobilidade pública no País. A ONU se colocou à disposição para mudar a agenda, mantendo a viagem. Mas essa opção foi rejeitada. Segundo Catarina, dos 12 dias que ela ficaria no País, o encontro com autoridades ocuparia apenas um dia.

Além de cancelar a viagem, o que surpreendeu a ONU é que, até agora, o governo brasileiro não indicou se aceitará uma nova viagem no segundo semestre do ano. O Brasil tem um compromisso internacional de receber todos os relatores da ONU que desejam visitar o País.”

As informações que ora requeremos são de fundamental importância para o desempenho das atribuições constitucionais deste Parlamento.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2013.

MARCO TEBALDI
Deputado Federal – PSDB/SC